

As fraturas seguem abertas

A vitória de Emmanuel Macron (En Marche!) sobre Marine Le Pen (Frente Nacional) conclui a eleição presidencial na França. Os resultados são os seguintes: Macron obtém 66,1% dos votos e Marine Le Pen 33,9%.

Foi uma vitória solta, mas ao mesmo tempo uma vitória frágil e que deixa como rastro uma enorme progressão da Frente Nacional (FN). Uma escolha em que a esquerda radical foi confrontada com uma escolha entre a praga e a raiva, com fortes divisões internas e incapaz de construir uma frente de rejeição comum, tanto à extrema direita da FN como ao centro extremo de En Marche! numa perspectiva que olhasse para além desta segunda volta. E no meio deste quadro não podemos esquecer o aumento da abstenção (25,44%) e, sobretudo, o aumento dos votos brancos e nulos: 11,47%.

Na ausência das eleições legislativas (11 e 18 de junho) que fecharão este ciclo eleitoral, vamos assistir a tempos tumultuados. Segundo as sondagens, seria formada uma Assembleia Nacional, totalmente à direita: em Marche, entre 250 e 290 lugares; Les Republicanos+Udi (centro direita), entre 200 e 210; o PS, entre 28 e 43; a FN entre 15 e 25 (primeira vez com o seu próprio grupo parlamentar) e a France Insoumise+Frente de Izquierdas entre 6 e 8 lugares 1/.

Vitória frágil

Ganhou o candidato das finanças, do establishment, o homem de mudança para a crise dos pilares partidários do sistema (ambos desequilibrados da segunda volta) para as elites francesa e europeia, e o encarregado de colocar velocidade turbo às políticas neoliberais; o arquiteto, durante o quinquênio de Hollande, do desmantelamento dos serviços públicos (Lei Macron), do Pacto de responsabilidade (doação de 40 mil milhões para as empresas), o promotor da contra-reforma da Lei

do Trabalho há um ano.

O seu programa eleitoral pode resumir-se num acelerador ainda mais forte: abolição de 120.000 postos da função pública, mais uma reviravolta na reforma laboral, fim do atual sistema público de aposentadorias, fim das 35 horas e assim por diante. E consciente de que pode ter dificuldades para alcançar a maioria absoluta, bem como para evitar o peso de um processo parlamentar muito longo, para governar através de “decreto-lei”.

Mas esta é uma vitória frágil. Em primeiro lugar, porque lhe falta uma maioria de apoio popular, como Hollande poderia ter tido no seu tempo contra Sarkozy. Sua vitória é baseada no voto para impedi-lo de vencer a peste negra representada por Le Pen (que até sua catastrófica intervenção na televisão ficou em 40-41% e em progressão). Na verdade, a direita que convocou Macron para votar não teve tempo, após a sua vitória, para anunciar uma legislatura turbulenta. Em segundo lugar, porque se as sondagens se confirmarem, E. Macron não terá uma maioria parlamentar para promover o seu projeto político e, em terceiro lugar, porque as medidas que vai tentar promover irão gerar um clima de convulsão social. Como aconteceu no mandato de Hollande.

FN: o paradoxo da derrota

A FN foi derrotada eleitoralmente e provavelmente sofrerá tensões internas porque esperava vencer depois de uma longa jornada de “desdiabolização” da extrema direita e depois de se ter posicionado à frente de 40 departamentos na primeira volta. A isto se somou o pacto governamental assinado com um setor de extrema-direita (France Debout, que obteve 4,7% de devotos na primeira rodada). E embora, como P. Del Moal e U Palheta assinalam no balanço do primeiro turno, exceto pela estagnação que viveu em 2007, a FN vem progredindo de forma constante desde 1995, nessas eleições seu progresso tem sido excepcional e marcará a diapasão da direita em um contexto de

direitização global da sociedade.

Assim, tendo em vista a segunda fase de “minorização” da FN, não só impedindo-a de ganhar, mas também constituindo um elemento de preocupação central em amplos setores da esquerda. Setores que não estavam em comunhão com o Pacto Republicano (apoando Macron para defender a República contra os “extremos”), mas para quem a possibilidade de Marine Le Pen estar à porta da presidência ou reduzido a 21,3% do primeiro turno não era uma questão trivial.

Uma esquerda em farrapos

É precisamente o debate sobre o que fazer na segunda volta que dilacerou os setores da esquerda que não entraram no “Pacto Republicano”. Desde a France Insoumise até à NPA, as divisões internas foram fortes em todos os partidos.

A questão de como lidar com a ascensão da FN na segunda volta foi um debate com muitas bordas. Em 2002, quando o segundo turno foi estabelecido entre Chirac e Jean M Le Pen, uma fórmula consensual foi “derrotar a FN na rua e nas urnas”: a FN mal passou de 16,86% para 17,79%. Nesta ocasião o leque de opções foi mais aberto: aqueles que consideraram que não havia escolha entre a praga e a cólera (o “ni-ni”) e foram diretamente à abstenção, aqueles que disseram que era necessário combater a FN, mas que o caminho não era votar Macron (voto nulo em branco) e aqueles que pediram para derrotar a FN nas urnas por votar Macron e lutar contra Macron no dia seguinte a ser eleito.

Estas opções cristalizaram-se em praticamente todas as forças políticas e foi uma grande contribuição o fato de na noite da primeira volta das eleições Jean Luc Mélenchon não se ter pronunciado sobre o assunto e ter deixado o campo livre para o seu eleitorado.

De certa forma, durante a campanha que precedeu o segundo turno, assistimos a uma espécie de “desdiabolização” da FN por

setores da extrema esquerda, com fórmulas como: votar Macron em 2017 é colocar Le Pen na presidência em 2022.

O problema, no sistema eleitoral francês, é que está concebido de forma a que, na segunda volta, a única forma de impedir a extrema-direita de ganhar seja votar no concorrente. Não há alternativa. Foi possível “fugir” desta dicotomia? Difícil; o risco de “fugir” da dicotomia, em condições de refluxo político e social, era que se Macron não ultrapassasse Marine Le Pen, chegaria à presidência... não em 2022, mas em 2017.

E embora a sua derrota seja uma boa notícia, a sua elevada percentagem não o é. E o que é preocupante é que, além do debate sobre a fórmula de votação, a esquerda esteve praticamente ausente durante todo o segundo turno, que não houve nenhuma dinâmica unitária de denúncia e confronto com a FN e suas propostas políticas, exceto por certas mobilizações estudantis.

A ausência de uma dinâmica unitária será também expressa em termos de legislação. Em primeiro lugar, porque a France Insoumise -seguindo em certa medida o modelo inicial do Podemos- só concebe a unidade se o resto das forças políticas se dissolverem nas suas fileiras e engolirem o seu programa. Algo que claramente não vai acontecer. Por esta razão, as possibilidades de avançar quadros unitários nas diferentes circunscrições que permitem uma posição na disputa para a segunda volta (é necessário exceder 12,5% dos votos na primeira volta) revelar-se-ão mais do que problemáticas 2/.

Para além das eleições

Em geral, não é arriscado prever que uma nova era política se abrirá. Um tempo em que vamos testemunhar reconfigurações tanto no campo da esquerda como no da direita, que ainda não terminou de digerir, não tendo vindo a disputar a segunda rodada. Até a FN estará sujeita a tensões. Mas o fato dominante é que um momento mórbido está sendo anunciado: de

medidas de austeridade e liberticídio, de acentuação do Estado policial e de segurança, de reforço das políticas anti-imigração, de aumento do racismo e xenofobia, e assim por diante.

Neste contexto, a esquerda é confrontada com dois desafios: a construção de um espaço unitário e amplo de resistência social ao período de cinco anos que promete ser difícil, mas também enfrentar um processo de recomposição política que parece urgente.

Embora não tenham sido massivas, as mobilizações do 8 de maio em Paris e outras localidades são um sintoma dos tempos que se aproximam em condições de sufocamento social e democrático, que exigem ação na rua, mas também unidade para avançar.

Philippe Poutou, candidato do Novo Partido Anticapitalista (NPA) no primeiro turno, está certo quando insiste que é necessário “unir-se para preparar a resistência ao rolo compressor de Macron... [que]... devemos organizar unitariamente todo tipo de mobilização para reverter a relação de forças e construir uma frente que defenda nossos direitos sociais e democráticos de forma unitária”.

Na esfera política, em relação à France Insoumise, para além do que ela representa em termos do projeto de JL Mélenchon – uma fusão entre o líder e as massas à margem da construção de um marco coletivo baseado numa democracia pluralista e de base – o fato a ser retido é que ela tem servido de catalisador para dezenas e dezenas de milhares de ativistas que correm o risco de se dispersar se forem submetidos a uma dinâmica vertical, plebiscitária e totalmente orientada para a política eleitoral.

Pensar numa recomposição política da esquerda é pensar numa alternativa política que se inscreva na dinâmica da resistência, na rua e nos locais de trabalho, e que articule de novo tanto as relações com os movimentos sociais como entre

estes e as dinâmicas institucionais. O problema é que esta recomposição política da esquerda não só é necessária como urgente, pois é urgente criar espaços para a elaboração de propostas concretas que a ela conduzam, neste momento as condições para alcançá-la são mínimas. A falta de unidade face às propostas legislativas é um exemplo.

Neste campo, utilizando a fórmula de Daniel Bensaïd, será necessário trabalhar com uma “lenta impaciência”. A crise do regime permanece aberta e, com ela também, as fraturas que continuam a despedaçar a sociedade francesa, apesar da “revolução passiva” que Macron pode tentar suportar... com a permissão da Alemanha de Merkel.

Original: [VIENTO SUR](#)